



A Santa Sé

CARTA
DOMINICAE CENAE
DO SANTO PADRE JOÃO PAULO II
A TODOS OS BISPOS DA IGREJA
SOBRE O MISTÉRIO E O CULTO
DA SANTÍSSIMA EUCARISTIA

Veneráveis e meus amados Irmãos.

1. Também este ano, vos dirijo a todos uma Carta, para a próxima Quinta-Feira Santa; ela tem um nexó imediato com aquela que recebestes o ano passado, pela mesma ocasião, juntamente com a Carta para os Sacerdotes. Desejo, antes de mais nada, agradecer-vos cordialmente por terdes acolhido as minhas Cartas precedentes, com aquele espírito de unidade que o Senhor estabeleceu entre nós, e igualmente por haverdes transmitido aos vossos Presbitérios os pensamentos que eu desejava exprimir no início do meu Pontificado.

Durante a Liturgia Eucarística da Quinta-Feira Santa, haveis renovado, juntamente com os próprios Sacerdotes, as promessas e os compromissos assumidos no momento da Ordenação. E muitos de vós, veneráveis e caros Irmãos, houveram por bem dar-me conhecimento disso em seguida, acrescentando pessoalmente também palavras de agradecimento e, mais ainda, enviando em bom número as que foram expressas pelos próprios Presbitérios. Além disto, muitos Sacerdotes manifestaram a sua alegria, quer pelo motivo do carácter penetrante e solene da Quinta-Feira Santa, a qual é a anual "festa dos Sacerdotes", quer também por motivo da importância dos problemas tratados na Carta que lhes foi dirigida.

Tais respostas, que constituem uma rica colecção, estão a demonstrar, mais uma vez, quanto é estimado pela enorme maioria do Presbitério da Igreja Católica o caminho da vida sacerdotal, pelo qual esta Igreja vem seguindo de há séculos: quanto por eles é amado e apreciado esse caminho e quanto eles desejam prosseguir por ele para o futuro.

Devo aqui recordar, entretanto, que na Carta aos Sacerdotes encontraram eco somente alguns problemas, o que, de resto, foi claramente salientado no início da mesma. (1). Depois, foi posto em evidência principalmente o carácter pastoral do ministério sacerdotal, o que não quer dizer, certamente, que não tenham sido tomados em consideração também aqueles grupos de Sacerdotes que não desenvolvem uma actividade directamente pastoral. E reporto-me, a este propósito, ainda uma vez ao magistério do II Concílio do Vaticano, como também às enunciações do Sínodo dos Bispos de 1971.

O carácter pastoral do ministério sacerdotal não deixa nunca de acompanhar a vida de cada um dos Sacerdotes, ainda que as tarefas quotidianas, que alguns executam, não estejam orientadas explicitamente para a pastoral dos Sacramentos. Neste sentido, a Carta escrita aos Sacerdotes, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 1979, foi dirigida a todos, sem excepção alguma, muito embora, como já aludi, ela não tenha tratado de todos os problemas da vida e da actividade dos Sacerdotes. Julguei útil e oportuno este esclarecimento ao iniciar a presente Carta.

I.

O MISTÉRIO EUCARÍSTICO NA VIDA DA IGREJA E DO SACERDOTE

Eucaristia e Sacerdócio

2. A presente Carta, que hoje vos dirijo a vós, veneráveis e meus amados Irmãos no Episcopado — a qual, como já disse, é, de alguma maneira, a continuação da precedente — está também ela intimamente relacionada com o mistério da Quinta-Feira Santa, como está em relação com o Sacerdócio. É minha intenção, de facto, dedicá-la à Eucaristia e, de modo particular, a alguns aspectos do Mistério eucarístico e da sua incidência na vida de quem do mesmo é ministro: por isso, os destinatários directos desta Carta sois vós, Bispos da Igreja; e juntamente convosco, todos os Sacerdotes; e ainda, no seu grau próprio, também os Diáconos.

Na realidade, o Sacerdócio ministerial ou hierárquico, o Sacerdócio dos Bispos e dos Presbíteros e, ao lado deles, o Ministério dos Diáconos — ministérios que iniciam normalmente com o anúncio evangélico — estão em relação muito íntima com a Eucaristia. Esta é a principal e central razão de ser do sacramento do Sacerdócio, que nasceu efectivamente no momento da instituição da Eucaristia e juntamente com ela (2). Não é sem um motivo que as palavras "Fazei isto em memória de mim" são pronunciadas imediatamente depois das palavras da consagração eucarística, e que nós as repetimos todas as vezes que celebramos o Santo Sacrifício (3).

Mediante a nossa Ordenação — cuja celebração anda vinculada à Santa Missa, como consta desde o primeiro testemunho litúrgico (4); — nós estamos unidos de modo singular e excepcional à Eucaristia. Somos aquilo que somos, de certo modo, "a partir dela" e "para ela". Somos também, e de um modo particular, responsáveis "por ela" — quer todos e cada um dos Sacerdotes nas próprias comunidades, quer todos e cada um dos Bispos, em virtude do cuidado

de todas as comunidades que lhes estão confiadas, baseado naquela "sollicitudo omnium ecclesiarum" de que fala São Paulo (5). Está-nos confiado, portanto, a nós Bispos e Sacerdotes, o grande "Mistério da Fé"; e se é verdade que ele foi também dado a todo o Povo de Deus, a todos os que crêem em Cristo, a nós, todavia, foi-nos confiada a Eucaristia também "para" os outros, os quais esperam de nós um particular testemunho de veneração e de amor para com este Sacramento, a fim de poderem também eles sentir-se edificados e animados "para oferecerem sacrifícios espirituais" (6).

Deste modo, o nosso culto eucarístico, quer na celebração da Santa Missa, quer para com o Santíssimo Sacramento, é como uma corrente vivificadora, que une o nosso Sacerdócio ministerial ou hierárquico ao sacerdócio comum dos fiéis, apresentando-o na sua dimensão vertical e com o seu valor central. O Sacerdote desempenha a sua missão principal e manifesta-se em toda a sua plenitude ao celebrar a Eucaristia (7); e tal manifestação é mais completa quando ele próprio deixa transparecer a profundidade de um tal mistério, para que este somente irradie a sua luz nos corações e nas consciências humanas, através do seu ministério. Este ministério é o exercício supremo do "sacerdócio real", a "fonte e o ápice de toda a vida cristã" (8).

Culto do Mistério Eucarístico

3. Tal culto é dirigido a Deus Pai por Jesus Cristo no Espírito Santo. Antes de mais nada, culto ao Pai que, como afirma o Evangelho de São João, "amou tanto o mundo que deu o seu Filho unigénito, para que todo aquele que crê n'Ele não pereça, mas tenha a vida eterna" (9).

Dirige-se também no Espírito Santo àquele Filho encarnado, na economia de Salvação, sobretudo naquele momento de suprema entrega e de abandono total de Si mesmo, ao qual se referem as palavras pronunciadas no Cenáculo: "isto é o meu Corpo entregue por vós"... "este é o cálice do meu Sangue... derramado por vós" (10). A aclamação litúrgica "Anunciamos, Senhor, a Vossa morte" reporta-nos exactamente àquele momento; e com o proclamar a Sua ressurreição abrangemos no mesmo acto de veneração Cristo ressuscitado e glorificado "à direita do Pai", bem como a perspectiva da Sua "vinda gloriosa". Todavia é o aniquilamento voluntário, grato ao Pai e glorificado com a ressurreição que, celebrado de modo sacramental, simultaneamente com a ressurreição, nos leva à adoração daquele Redentor que se fez "obediente até à morte, e à morte de cruz" (11).

E esta nossa adoração encerra ainda uma outra característica particular. Ela é compenetrada pela grandeza desta Morte Humana, na qual o mundo, isto é cada um de nós, foi amado "até ao extremo" (12). Assim, tal adoração é também uma resposta que intenta retribuir aquele Amor imolado até à morte na Cruz: é a nossa "Eucaristia", quer dizer, o nosso dar-Lhe graças e o louvá-1'O por nos ter redimido com a Sua morte e tornado participantes da vida imortal por meio da Sua ressurreição.

Um tal culto, que se dirige à Santíssima Trindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, acompanha e permeia antes de mais nada toda a celebração da Liturgia eucarística. Mas ele há-de encher também os nossos templos noutros momentos para além do horário das Santas Missas. Na verdade, uma vez que o Mistério eucarístico foi instituído pelo amor, e nos torna Cristo sacramentalmente presente, ele é digno de acção de graças e de culto. E este nosso culto há-de sobressair em cada um dos nossos encontros com o Santíssimo Sacramento, quer quando visitamos as nossas igrejas, quer quando as sagradas Espécies são levadas e administradas aos enfermos.

A adoração de Cristo neste Sacramento de amor deve encontrar depois a sua expressão em diversas formas de devoção eucarística: orações pessoais diante do Santíssimo, horas de adoração, exposições breves, prolongadas, anuais (quarenta horas), bênçãos eucarísticas, procissões eucarísticas e congressos eucarísticos (13). Merece uma particular recordação, aqui neste ponto, a solenidade do "Corpo e Sangue de Cristo" (Corpo de Deus), como acto de culto público prestado a Cristo presente na Eucaristia, estatuída pelo meu Predecessor Urbano IV em memória da instituição deste grande Mistério (14). Tudo isto corresponde, portanto, aos princípios gerais e às normas particulares já de há muito existentes, mas formuladas de novo durante ou após o II Concílio do Vaticano (15).

A animação e o aprofundamento do culto eucarístico são prova daquela autêntica renovação, que o mesmo Concílio se propôs como finalidade e dele são o ponto central. E isto, veneráveis e caros Irmãos, merece uma reflexão à parte. A Igreja e o mundo têm grande necessidade do culto eucarístico. Jesus espera por nós neste Sacramento do Amor. Não nos mostremos avaros com o nosso tempo para ir encontrar-nos com Ele na adoração, na contemplação cheia de fé e pronta para reparar as grandes culpas e os crimes do mundo. Não cesse nunca a nossa adoração.

Eucaristia e Igreja

4. Graças ao Concílio nós demo-nos conta, com vigor renovado, desta verdade: assim como a Igreja "faz a Eucaristia", assim "a Eucaristia constrói" a Igreja (16); e esta verdade anda intimamente ligada ao mistério da Quinta-Feira Santa. A Igreja foi fundada, como comunidade nova do Povo de Deus, na comunidade apostólica daqueles Doze que, durante a última Ceia, se tornaram participantes do Corpo e do Sangue do Senhor sob as Espécies do pão e do vinho. Cristo tinha-lhes dito: "tomai e comei...", "tomai e bebei...". E eles, cumprindo esta Sua ordem, entraram, pela primeira vez, em comunhão sacramental com o Filho de Deus, comunhão que é penhor de vida eterna. E a partir daquele momento até ao fim dos séculos, a Igreja constrói-se mediante a mesma comunhão como Filho de Deus, que é penhor de Páscoa eterna.

Como mestres e guardas da verdade salvífica da Eucaristia, nós devemos, caros e veneráveis Irmãos no Episcopado, manter sempre e em toda a parte este significado e esta dimensão do encontro sacramental e da intimidade com Cristo. É isso precisamente que constitui, de facto, a

própria substância do culto eucarístico. O sentido desta verdade que temos estado a expor não diminui, de modo algum, antes pelo contrário facilita o carácter eucarístico de aproximação espiritual e de união entre os homens, que participam no Sacrifício, o qual, depois, na Comunhão se torna para eles o banquete. Esta aproximação e esta união, cujo protótipo é a união dos Apóstolos em torno de Cristo durante a Última Ceia, exprimem e realizam a Igreja.

No entanto, a Igreja não se realiza somente mediante o facto da união entre os homens, através da experiência da fraternidade, a que dá ocasião o banquete eucarístico. A Igreja realiza-se quando naquela fraterna união e comunhão celebramos o sacrifício da Cruz de Cristo, quando anunciamos "a morte do Senhor até que Ele venha" (17); e, depois, quando profundamente compenetrados do mistério da nossa Salvação, nos aproximamos comunitariamente da mesa do Senhor, para alimentar-nos, de modo sacramental, dos frutos do Santo Sacrifício propiciatório. Na Comunhão eucarística, pois, recebemos Cristo, o próprio Cristo; a nossa união com Ele, que é dom e graça para cada um de nós, faz com que n'Ele sejamos também associados à unidade do seu Corpo que é a Igreja.

Só assim, mediante uma tal fé e uma tal disposição de alma, se torna realidade aquela construção da Igreja, que, conforme a conhecida expressão do II Concílio do Vaticano, tem na Santíssima Eucaristia a sua "fonte e ápice" (18).

Esta verdade, que graças ao mesmo Concílio, tem vindo a conhecer um novo e vigoroso relevo (19), deve ser tema frequente das nossas reflexões e do nosso ensino. Dela se alimente toda a actividade pastoral, e que ela seja sustento para nós próprios e para todos os Sacerdotes que colaboram connosco, e enfim para as inteiras comunidades que nos estão confiadas. Assim, nesta prática há-de revelar-se, quase a cada passo, aquela íntima relação existente entre a vitalidade espiritual e apostólica da Igreja e a Eucaristia, entendida no seu significado profundo e sob todos os pontos de vista (20).

Eucaristia e Caridade

5. Antes de passar a observações mais pormenorizadas sobre o tema da celebração do Santo Sacrifício, desejo aqui reafirmar, ainda que brevemente, que o culto eucarístico constitui a alma de toda a vida cristã. Se é verdade que a vida cristã se exprime no cumprimento do maior mandamento, ou seja, no amor de Deus e do próximo, este amor tem a sua fonte exactamente no Santíssimo Sacramento, que comumente é chamado: Sacramento do Amor.

A Eucaristia significa esta caridade, e por isso a recorda, a toma presente e ao mesmo tempo a realiza. Todas as vezes que nela participamos de modo consciente, abre-se na nossa alma uma dimensão real daquele amor imperscrutável que em si contém tudo aquilo que Deus fez para nós homens, e que continuamente faz, segundo as palavras de Cristo: "O meu Pai opera sempre e também eu opero" (21). Juntamente com este dom insondável e gratuito, que é a caridade

revelada, até ao extremo, no sacrifício salvífico do Filho de Deus, de que a Eucaristia é sinal indelével, nasce também em nós uma resposta de amor. Não só conhecemos o amor, mas também nós próprios começamos a amar. Nós entramos, por assim dizer, no caminho do amor e por este caminho fazemos progressos. O amor que em nós nasce da Eucaristia, também em nós se desenvolve, se aprofunda e se reforça, graças a ela.

O culto eucarístico, pois, é exactamente expressão de um tal amor, que é a autêntica e mais profunda característica da vocação cristã. Este culto brota do amor e serve ao amor, para o qual todos nós somos chamados em Jesus Cristo (22). É fruto vivo deste mesmo culto é o aperfeiçoamento da imagem de Deus que trazemos em nós, imagem que corresponde àquela que Cristo nos revelou. Tornando-nos assim "adoradores do Pai em espírito e em verdade" (23), nós maturamos numa cada vez mais plena união com Cristo, estamos mais unidos a Ele e — se é permitido usar esta expressão — estamos cada vez mais solidários com Ele.

A doutrina da Eucaristia, sinal da unidade e vínculo da caridade, ensinada por São Paulo (24), foi em seguida aprofundada pelos escritos de muitos Santos, que são para nós um exemplo vivo do culto eucarístico. Devemos ter sempre diante dos olhos esta realidade e, ao mesmo tempo, devemos esforçar-nos continuamente por fazer com que também a nossa geração ajunte àqueles maravilhosos exemplos do passado, exemplos novos, não menos vivos e eloquentes, em que se reflecta a época à qual nós pertencemos.

Eucaristia e Próximo

6. O autêntico sentido da Eucaristia torna-se, de per si, escola de amor activo para com o próximo. Nós sabemos que é assim a ordem verdadeira e integral do amor que o Senhor nos ensinou: "nisto precisamente todos reconhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros" (25). E a Eucaristia educa-nos para este amor de maneira mais profunda; ela demonstra, de facto, qual o valor que têm aos olhos de Deus todos os homens, nossos irmãos e irmãs, uma vez que Cristo se oferece a Si mesmo de igual modo a cada um deles, sob as Espécies do pão e do vinho. Se o nosso culto eucarístico for autêntico, deve fazer crescer em nós a consciencialização da dignidade de todos e de cada um dos homens. A consciência dessa dignidade, depois, torna-se o motivo mais profundo da nossa relação com o próximo.

Devemos também tornar-nos particularmente sensíveis a todos os sofrimentos e misérias humanas, a todas as injustiças e arbitrariedades, buscando a maneira de a isso remediar de forma eficaz. Aprendamos a descobrir com respeito a verdade sobre o homem interior, porque é precisamente esse íntimo do homem que se torna morada de Deus presente na Eucaristia. Cristo vem aos corações e visita as consciências dos nossos irmãos e irmãs. Como se modifica a imagem de todos e de cada um dos homens, quando tomamos consciência desta realidade, quando a tornamos objecto das nossas reflexões! O sentido do Mistério eucarístico impele-nos ao amor para com o próximo, ao amor para com todos e cada um dos homens (26).

Eucaristia e Vida

7. Sendo portanto fonte de caridade, a Eucaristia esteve sempre no centro da vida dos discípulos de Cristo. Ela tem o aspecto de pão e de vinho, ou seja, de comida e de bebida, e por isso é tão familiar para o homem, conexas de modo tão íntimo com a sua vida, como o são precisamente a comida e a bebida. A veneração de Deus que é Amor, no culto eucarístico nasce daquela espécie de intimidade com que Ele próprio, analogamente à comida e à bebida, enche o nosso ser espiritual, assegurando-lhe, de modo semelhante àquelas, a vida. Tal veneração "eucarística" de Deus corresponde estritamente, portanto, aos seus planos salvíficos. Ele mesmo, o Pai, quer que "os verdadeiros adoradores" (27), O adorem precisamente assim; e Cristo é intérprete desse querer; e isso, com as suas palavras e, simultaneamente, com este Sacramento, no qual nos torna possível a adoração do Pai, da maneira mais conforme com a Sua vontade.

De um conceito assim do culto eucarístico se origina, depois, todo o estilo sacramental da vida do cristão. Efectivamente, o levar uma vida baseada nos Sacramentos, animada pelo sacerdócio comum, quer dizer antes de mais nada, da parte do cristão, o desejar que Deus aja nele para o fazer chegar no Espírito "à plena estatura de Cristo" (28). E Deus, da Sua parte, não o toca somente através dos acontecimentos e com a sua graça interna, mas age nele, com maior certeza e vigor, através dos Sacramentos. Estes conferem à vida do cristão um estilo sacramental.

Pois bem: dentre todos os Sacramentos, é a Santíssima Eucaristia que faz chegar à plenitude a sua iniciação de cristão e que confere ao exercício do sacerdócio comum esta forma sacramental e eclesial que o põe em conexão — como já aludi em precedência (29) — com o exercício do Sacerdócio ministerial. Deste modo, o culto eucarístico é centro e fim de toda a vida sacramental (30). Repercutem continuamente nele, com um eco profundo, os Sacramentos da iniciação cristã: Baptismo e Confirmação. Onde é que se expressa melhor a verdade de não somente "nos chamarmos", mas também de que "realmente o somos, filhos de Deus" (31), em virtude do sacramento do Baptismo, senão no facto precisamente de que na Eucaristia nos tornamos participantes do Corpo e do Sangue do unigénito Filho de Deus? E o que é que melhor nos predispõe para sermos "verdadeiras testemunhas de Cristo" (32), perante o mundo, como há-de resultar do sacramento da Confirmação, senão a Comunhão eucarística, em que Cristo Se nos dá em testemunho a nós e nós damos testemunho d'Ele?

É impossível passar aqui em análise, de modo mais pormenorizado, os vínculos que existem entre a Eucaristia e os outros Sacramentos, em particular as relações com o Sacramento da vida familiar e o Sacramento dos enfermos. Quanto à íntima ligação existente entre o sacramento da Penitência e o sacramento da Eucaristia, já chamei a atenção para isso na Encíclica *Redemptor Hominis* (33). Não é somente a Penitência que conduz à Eucaristia, mas é também a Eucaristia que leva à Penitência. Quando de facto nos damos bem conta de quem é Aquele que recebemos na Comunhão eucarística, nasce em nós quase espontaneamente um sentido de indignidade,

junto com a dor pelos nossos pecados e com a necessidade interior de purificação.

No entanto, devemos estar sempre vigilantes, para que este grande encontro com Cristo na Eucaristia não se torne para nós um facto rotineiro, a fim de evitarmos recebê-lo indignamente, isto é, em estado de pecado mortal. A prática da virtude da penitência e o sacramento da Penitência são indispensáveis para manter em nós e para aprofundarmos continuamente aquele espírito de veneração, que o homem deve ao próprio Deus e ao seu Amor tão admiravelmente revelado.

Estas palavras têm em vista introduzir algumas reflexões gerais sobre o culto do Mistério eucarístico, as quais poderiam ser desenvolvidas mais longamente e de forma mais ampla. Poder-se-ia, em particular, relacionar tudo aquilo que foi dito acima dos efeitos da Eucaristia sobre o amor para com o homem, e aquilo que acabamos agora de realçar quanto aos compromissos contraídos para com o homem e para com a Igreja na Comunhão eucarística, e, como consequência, delinear a imagem daquela "nova terra" (34) que nasce da Eucaristia através de cada "homem novo" (35). Efectivamente, neste Sacramento do pão e do vinho, da comida e da bebida, tudo o que é humano sofre uma singular transformação e elevação. O culto eucarístico não é tanto culto da inacessível transcendência, quanto culto da divina condescendência, e é também misericordiosa e redentora transformação do mundo no coração do homem.

Ao recordar tudo isto, apenas brevemente, é meu desejo, não obstante a concisão, criar um contexto mais amplo para as questões que em seguida devo tratar: estas estão intimamente ligadas com a celebração do Santo Sacrifício. Com efeito, é nesta celebração que se exprime de modo mais directo o culto da Eucaristia. Ele emana do coração, como uma homenagem preciosíssima, inspirada pela fé, pela esperança e pela caridade, infundidas em nós no Baptismo. E precisamente sobre isto, que eu desejo hoje escrever-vos, de modo particular — a vós, veneráveis e queridos Irmãos no Episcopado, e, ao mesmo tempo, também aos Sacerdotes e aos Diáconos — nesta Carta, a que a Sagrada Congregação para os Sacramentos e o Culto Divino fará seguir indicações mais pormenorizadas.

II.

SACRALIDADE DA EUCARISTIA E SACRIFÍCIO

Sacralidade

8. A celebração da Eucaristia, a começar do Cenáculo e da Quinta-Feira Santa, tem uma sua longa história, tão longa quanto a história da Igreja. No decorrer desta história os elementos secundários sofreram certas mudanças; todavia, permaneceu imutada a essência do "Mysterium", instituída pelo Redentor do mundo, durante a Última Ceia. Também o II Concílio do Vaticano trouxe algumas modificações, em virtude das quais a actual liturgia da Missa se diferencia, de alguma maneira, da liturgia conhecida antes do mesmo Concílio. Não é minha intenção, porém,

falar dessas diferenças; por agora, convém determo-nos em tudo aquilo que é essencial e imutável na Liturgia eucarística.

É com isso que é essencial e imutável que está intimamente ligado o carácter de "*sacrum*" da Eucaristia, ou seja da acção santa e sagrada. Santa e sagrada, porque nela está continuamente presente e age Cristo, o "Santo" de Deus (36), Aquele que "Deus ungiu com o Espírito Santo" (37), "consagrado pelo Pai" (38) para dar livremente e de novo tomar a sua vida (39), o "Sumo Sacerdote" da nova Aliança (40). É Ele, de facto, que, representado pelo celebrante, faz o seu ingresso no santuário e anuncia o seu Evangelho; é Ele que "é o oferente e o oferecido, o consagrante e o consagrado" (41). Acção santa e sagrada porque é constitutiva das sagradas Espécies, de "Sancta sanctis", isto é, de coisas santas — Cristo, o Santo — dadas aos santos, como cantam todas as liturgias do Oriente, no momento em que se eleva o Pão eucarístico para convidar os fiéis para a Ceia do Senhor.

O "*Sacrum*" da Missa não é, pois, uma "sacralização", ou seja, um acrescentamento do homem à acção de Cristo no Cenáculo, uma vez que a Ceia da Quinta-Feira Santa foi um rito sagrado, liturgia primária e constitutiva com a qual Cristo, empenhando-se em dar a vida por nós, celebrou sacramentalmente, Ele próprio, o mistério da sua Paixão e Ressurreição, coração de todas as Missas. Derivando-se desta liturgia, as nossas Missas de per si revestem uma forma litúrgica completa, que, embora diversificada, conforme as famílias rituais que a celebram, permanece substancialmente idêntica. O "*Sacrum*" da Missa é uma sacralidade instituída por Ele, Cristo. As palavras e a acção de cada um dos Sacerdotes, às quais corresponde a participação consciente e activa de toda a assembleia eucarística, são eco das palavras e da acção da Quinta-Feira Santa.

O Sacerdote oferece o Santo Sacrifício "*in persona Christi*", o que quer dizer "em nome", ou então "nas vezes" de Cristo. "*In persona*": isto é, na específica e sacramental identificação com o "Sumo e Eterno Sacerdote" (42), que é o Autor e o principal Sujeito deste seu próprio Sacrifício, no que não pode, na verdade, ser substituído por ninguém. Só Ele somente Cristo — podia e sempre pode ser verdadeira e efectivamente "propiciador pelos nossos pecados; e não só pelos nossos, mas também pelos do mundo inteiro" (43). Somente o Seu sacrifício — e o de mais ninguém — podia e pode ter "valor propiciatório" diante de Deus, da Trindade e da sua transcendental santidade. A tomada de consciência desta realidade lança uma certa luz sobre o carácter e sobre o significado do Sacerdote-celebrante; este, ao perfazer o Santo Sacrifício e ao agir "*in persona Christi*", é — de um modo sacramental e ao mesmo tempo inefável — introduzido e inserido nesse estritíssimo *Sacrum*, ao qual o mesmo Sacerdote, por sua vez, associa espiritualmente todos os participantes na assembleia eucarística.

A um tal "*Sacrum*", actuado sob formas litúrgicas variadas, pode faltar algum elemento secundário; mas não pode, de modo nenhum, estar desprovido da sua sacralidade e sacramentalidade essenciais, porque queridas por Cristo, e transmitidas e verificadas pela Igreja.

Um tal "Sacrum" não pode sequer ser instrumentalizado para outros fins. O Mistério eucarístico, disjunto da própria natureza sacrificial e sacramental, deixa simplesmente de ser tal. Ele não admite qualquer imitação "profana", a qual se tornaria muito facilmente (se não mesmo como regra) uma profanação. É preciso recordar isto sempre, e sobretudo no nosso tempo, talvez, quando observamos uma tendência para cancelar a distinção entre o "sacrum e o "profanum", dada a geral e difundida tendência (pelo menos em certas partes) para a "dessacralização" de todas as coisas.

Em tal conjuntura a Igreja tem o particular dever de assegurar e corroborar o "sacrum" da Eucaristia. Na nossa sociedade pluralista, e muitas vezes deliberadamente secularizada, a fé viva da comunidade cristã — fé consciente também dos próprios direitos em relação a todos aqueles que não compartilham a mesma fé — garante a este "sacrum" o direito de cidadania. O dever de respeitar a fé de cada um é concomitante e correlativo ao direito natural e civil da liberdade de consciência e de religião.

A sacralidade da Eucaristia encontrou e encontra sempre a sua expressão na terminologia teológica e litúrgica (44). E um sentido assim da sacralidade objectiva do Mistério eucarístico é de tal forma constitutivo da fé do Povo de Deus, que esta por ele se tem vindo a enriquecer e a robustecer (45). Por isso os ministros da Eucaristia, sobretudo nos nossos dias, devem ser iluminados pela plenitude desta fé viva e, à luz da mesma, devem compreender e realizar tudo aquilo que faz parte do seu ministério sacerdotal, por vontade de Cristo e da sua Igreja.

« *Sacrificium* »

9. A Eucaristia é, acima de, tudo, um Sacrifício: sacrifício da Redenção e, ao mesmo tempo, sacrifício da nova Aliança (46), como nós acreditamos e claramente professam as Igrejas do Oriente: "o sacrifício hodierno — afirmou há alguns séculos atrás a Igreja Grega — é como aquele que um dia ofereceu o Unigénito Verbo Encarnado; e é (hoje como então) por Ele oferecido, sendo o mesmo e único Sacrifício" (47). Por isso, e precisamente com o tornar presente este único Sacrifício da nossa Salvação, o homem e o mundo são restituídos a Deus por meio da novidade pascal da Redenção. E uma tal restituição a Deus não pode vir a falhar: ela é fundamento da "nova e eterna aliança" 'de Deus com o homem e do homem com Deus. Se viesse a faltar uma tal restituição, dever-se-ia pôr em questão quer a excelência do sacrifício da Redenção, o qual no entanto foi perfeito e definitivo, quer o valor sacrificial da Santa Missa. A Eucaristia, por conseguinte, sendo verdadeiro sacrifício opera esta restituição a Deus.

Daqui se segue que o celebrante, enquanto ministro daquele Sacrifício, é o autêntico Sacerdote, que opera — em virtude do poder específico da sagrada Ordenação — um verdadeiro acto sacrificial que reconduz os seres a Deus. Por outro lado, todos aqueles que participam na Eucaristia, sem sacrificar como o celebrante, oferecem com ele, em virtude do sacerdócio comum, os seus próprios sacrifícios espirituais, representados pelo pão e pelo vinho, desde o

momento da apresentação destes ao altar. Um tal acto litúrgico, efectivamente, solenizado por quase todas as liturgias, "tem o seu valor e o seu significado espiritual" (48). O pão e o vinho tornam-se, em certo sentido, símbolo de tudo aquilo que a assembleia eucarística é portadora, de si mesma, em oferta a Deus, e que oferece em espírito.

É importante que este primeiro momento da Liturgia eucarística, no sentido estrito, tenha a sua expressão no comportamento dos participantes. A isto corresponde a chamada procissão com as ofertas, prevista pela recente reforma litúrgica (49) e acompanhada, segundo a antiga tradição, por um salmo ou por um cântico. É preciso um certo espaço de tempo, para que todos possam tomar consciência daquele acto, expresso simultaneamente pelas palavras do celebrante.

A consciência do acto de apresentar as ofertas deveria ser mantida durante toda a Missa. Mais ainda, ela deve ser levada à plenitude no momento da consagração e da oblação "anamnética", como o exige o valor fundamental do momento do Sacrifício. Para demonstrar isto mesmo servem as palavras da Oração eucarística que o Sacerdote pronuncia em voz alta. Parece ser útil retomar aqui algumas expressões da terceira Oração eucarística, que manifestam particularmente o carácter sacrificial da Eucaristia e conjugam a oferta das nossas pessoas com a de Cristo: "Olhai benigno para a oblação da Vossa Igreja: vede nela a Vítima que nos reconciliou conVosco; e fazei que, alimentando-nos do Corpo e Sangue de Vosso Filho, e cheios do Seu Espírito Santo, sejamos em Cristo um só corpo e um só espírito. O mesmo Espírito Santo faça de nós uma oferenda permanente". Um tal valor sacrificial é também expresso já em todas as celebrações, pelas palavras com que o Sacerdote conclui a apresentação das oferendas, ao pedir aos fiéis para orarem a fim de que "o meu e vosso sacrifício seja aceite por Deus Pai todo-poderoso" Tais palavras têm um valor compromissivo, na medida em que exprimem o carácter de toda a Liturgia eucarística e a plenitude do seu conteúdo tanto divino como eclesial.

Todos aqueles que participam com fé na Eucaristia se dão conta de que ela é "Sacrificium", ou seja uma "Oferta consagrada". Com efeito, o pão e o vinho, presentes no altar e acompanhados da devoção e dos sacrifícios espirituais dos participantes, são finalmente consagrados, de tal modo que se tornam verdadeira, real e substancialmente o Corpo entregue e o Sangue derramado do próprio Cristo. Assim, em virtude da consagração, as Espécies do pão e do vinho tornam presente (50), de modo sacramental e incruento, o Sacrifício cruento e propiciatório oferecido pelo mesmo Cristo na Cruz ao Pai pela salvação do mundo. Somente Ele, de facto, entregando-Se como vítima propiciatória, num acto de suprema doação e imolação, reconciliou a humanidade com o Pai; unicamente mediante o Seu sacrifício foi "cancelado o documento escrito contra nós, com as suas disposições a nós desfavoráveis" (51).

Para tal sacrifício sacramental, as ofertas do pão e do vinho, acompanhadas da devoção dos fiéis, prestam todavia uma sua contribuição insubstituível, uma vez que, com a consagração sacerdotal, elas se tornam as sagradas Espécies. Isto torna-se patente no comportamento do Sacerdote durante a Oração eucarística, sobretudo durante a consagração, e depois quando a

celebração do Santo Sacrifício e a participação no mesmo são acompanhadas da consciência de que "o Mestre está ali e te chama" (52). Este chamamento do Senhor, a nós dirigido mediante o Seu Sacrifício, abre os corações, a fim de que estes — purificados no mistério da nossa Redenção —, se unam a Ele na Comunhão eucarística, que confere à participação na Missa um valor maturo, pleno e compromissivo da humana existência: "a Igreja deseja que os fiéis, não somente ofereçam a vítima imaculada, mas que aprendam também a oferecer-se a si mesmos; e assim vão aperfeiçoando de dia para dia mais, por meio de Cristo Mediador, a sua união com Deus e com os irmãos, para que Deus finalmente seja tudo em todos" (53).

É sobremaneira conveniente e necessário mesmo, portanto, que se procure perfazer uma renovada e intensa educação, tendo em vista descobrir todas as riquezas que encerra a nova Liturgia. Com efeito, a renovação litúrgica que se verificou depois do II Concílio do Vaticano, deu ao Sacrifício eucarístico, por assim dizer, uma maior visibilidade. Entre outras coisas, contribuem para isso as palavras da Oração eucarística recitadas em voz alta pelo celebrante e, em particular, as palavras da consagração e a aclamação da assembleia imediatamente depois da elevação.

Se tudo isto nos há-de encher de alegria, devemos também recordar que estas mudanças exigem uma nova consciência e maturidade espiritual, quer da parte do celebrante — sobretudo hoje, que celebra "voltado para os fiéis" — quer da parte dos mesmos fiéis. O culto eucarístico matura e cresce quando as palavras da Oração eucarística, e especialmente as palavras da consagração, são pronunciadas com grande humildade e simplicidade, de maneira compreensível, bela e digna, correspondente à sua santidade; quando este acto essencial da Liturgia eucarística é feito sem pressa; quando há aplicação num recolhimento e numa devoção tais, que os participantes advirtam na grandeza do mistério que se está a realizar e o manifestem com o próprio comportamento.

III.

AS DUAS MESAS DO SENHOR E O BEM COMUM DA IGREJA

Mesa da Palavra de Deus

10. Nós sabemos bem que a celebração da Eucaristia, desde os tempos mais antigos, esteve unida, não somente à oração, mas também à leitura da Sagrada Escritura e ao canto de toda a assembleia. Graças a isso, já desde há muito tempo, foi possível referir à Missa a comparação com as duas mesas feita pelos Santos Padres; sobre tais mesas a Igreja prepara para os seus filhos a Palavra de Deus e a Eucaristia, isto é, o Pão do Senhor. Devemos, portanto, voltar à primeira parte do sagrado Mistério que, com mais frequência, presentemente se vai chamando *Liturgia da Palavra*, e dedicar-lhe um pouco de atenção.

A leitura dos trechos da Sagrada Escritura, escolhidos para cada dia, foi submetida pelo Concílio

a critérios e a exigências novas (54). No prosseguimento de tais normas conciliares obteve-se uma nova colectânea de leituras, em que foi aplicado, em certa medida, o princípio da continuidade dos textos, e também o princípio de tornar acessível o conjunto dos Livros Sagrados. A introdução dos salmos com os responsórios na liturgia torna familiar aos participantes as mais belas riquezas da oração e da poesia do Antigo Testamento. Depois, o facto de os aludidos textos serem lidos ou cantados nas próprias línguas faz com que todos possam participar com uma mais plena compreensão.

Não deixa de haver hoje, todavia, aqueles que, educados ainda em base à antiga liturgia em latim, sentem a falta desta "língua una", a qual constituiu, no mundo inteiro, também uma expressão da unidade da Igreja; e, mediante o seu carácter decoroso, ela suscitou um sentido profundo do Mistério eucarístico. É necessário, pois, demonstrar não somente compreensão, mas também pleno respeito para com estes sentimentos e desejos, e, na medida do possível, ir ao encontro dos mesmos, como está previsto, de resto, nas novas disposições (55). A Igreja Romana tem particulares obrigações para com o latim, a esplêndida língua de Roma antiga, e deve manifestar isso mesmo todas as vezes que se lhe apresente a ocasião.

As possibilidades criadas pela renovação pós-conciliar, são muitas vezes utilizadas de molde a tornar-nos testemunhas e participantes da autentica celebração da Palavra de Deus. Vai aumentando também o número das pessoas que tomam parte activa numa tal celebração. Assim, surgem grupos de leitores e de cantores, muitas vezes ainda "scholae cantorum" masculinas e femininas, que com grande zelo se dedicam a um tal aspecto da liturgia. A Palavra de Deus, a Sagrada Escritura, começa a pulsar com nova vida no seio de muitas comunidades cristãs. Os fiéis, congregados pela liturgia, preparam-se com o canto para ouvirem, com a devida devoção e com amor, o Evangelho que lhes é anunciado.

Ao verificar tudo isto, com grande apreço e gratidão, não se pode esquecer, todavia, que uma plena renovação litúrgica continua ainda a apresentar outras novas exigências. Estas consistem numa nova responsabilidade para com a Palavra de Deus transmitida mediante a liturgia, em línguas diversas, o que corresponde certamente ao carácter universal e às finalidades do Evangelho. A mesma responsabilidade abrange também a execução das relativas acções litúrgicas, a leitura ou o canto, que devem estar de harmonia também com os princípios da arte. A fim de preservar tais acções de qualquer artificialismo, é necessário que nelas se exprimam uma capacidade, uma simplicidade e ao mesmo tempo uma dignidade tais, que façam resplandecer, já no próprio modo de ler ou de cantar, o carácter peculiar do texto sagrado. Por conseguinte, as ditas exigências, que promanam da nova responsabilidade para com a Palavra de Deus na liturgia (56), vão também elas até ao mais profundo e tocam o âmago da disposição interior com que os ministros da Palavra exercem a sua função na assembleia litúrgica (57).

A mesma responsabilidade se estende, ainda, à escolha dos textos. Essa escolha já foi feita pela competente autoridade eclesiástica, a qual previu também os casos em que se podem escolher

leituras mais adaptadas a uma particular situação (58). Além disto, é necessário ter sempre presente que no quadro dos textos das Leituras da Missa pode entrar somente a Palavra de Deus. A leitura da Sagrada Escritura não pode ser substituída pela leitura de outros textos, mesmo quando estes porventura contivessem indubitáveis valores religiosos e morais. Tais textos poderão no entanto ser utilizados, com grande proveito, nas homilias. A homilia, na verdade, é sumamente idónea para a utilização desses textos, contanto que eles correspondam às condições requeridas de conteúdo na medida em que pertence à natureza da homilia, entre outras coisas, demonstrar as convergências da sapiência divina revelada e do nobre pensamento humano, que busca a verdade por vários caminhos.

Mesa do Pão do Senhor

11. A segunda mesa do Mistério eucarístico, ou seja a Mesa do Pão do Senhor, exige também ela uma reflexão apropriada sob o ponto de vista da renovação litúrgica hodierna. Está nisto um problema da máxima importância, tratando-se de um acto particular de fé viva, ou melhor ainda — como é atestado desde os primeiros séculos (59) — de uma manifestação de culto a Cristo, que na Comunhão eucarística se confia a Si próprio a cada um de nós, ao nosso coração, à nossa consciência, aos nossos lábios e à nossa boca, sob a forma de alimento. E por isso mesmo, em relação a este problema, é particularmente necessária a vigilância de que fala o Evangelho, quer da parte dos Pastores responsáveis pelo culto eucarístico, quer da parte do Povo de Deus, cujo "sentido da fé" (60) deve ser precisamente aqui neste ponto muito sensível e perspicaz.

É meu desejo, pois, confiar também este problema ao coração de cada um de vós, veneráveis e amados Irmãos no Episcopado. E vós deveis sobretudo inseri-lo na vossa solicitude por todas as Igrejas, a vós confiadas. Eu vo-lo peço em nome daquela unidade que recebemos em herança dos Apóstolos: a unidade colegial. Esta unidade, em certo sentido, nasceu à mesa do Pão do Senhor, na Quinta-Feira Santa. Com o auxílio dos vossos irmãos no Sacerdócio, fazei tudo aquilo que fordes capazes de fazer, a fim de assegurar a dignidade sacral do Mistério eucarístico e aquele profundo espírito da Comunhão eucarística, que é um bem peculiar da Igreja como Povo de Deus e, ao mesmo tempo, a particular herança que nos foi transmitida pelos Apóstolos, por várias tradições litúrgicas e por tantas gerações de fiéis, muitas vezes heróicas testemunhas de Cristo, educadas na "escola da Cruz" (Redenção) e na escola da Eucaristia.

Há-de ter-se sempre presente, portanto, que a Eucaristia, qual mesa do Pão do Senhor, é um contínuo convite, como resulta do sinal litúrgico do celebrante no momento do "Eis o Cordeiro de Deus! Felizes os convidados para a Ceia do Senhor" (61), bem como da parábola do Evangelho sobre os convidados para o grande banquete (62). Recordemos que nesta parábola há muitos que se desculparam para não aceitar o convite, por motivo de circunstâncias diversas.

Nas nossas comunidades católicas também não faltam, certamente, aqueles que poderiam participar na Comunhão eucarística, e que nela não participam, apesar de não terem na própria

consciência impedimento de pecado grave. Uma tal atitude, que para alguns anda ligada a uma exagerada severidade, modificou-se no nosso século, para dizer a verdade, embora aqui e além faça ainda sentir a sua presença. Na realidade, mais frequentemente do que o sentido de indignidade, verifica-se uma certa falta de disponibilidade interior — se assim nos podemos exprimir — falta de "fome" e de "sede" eucarística, por detrás da qual se esconde também a falta de uma adequada sensibilidade e compreensão da natureza do grande Sacramento do Amor.

Todavia, nestes últimos anos, somos testemunhas também de um outro fenómeno. Algumas vezes, ou melhor dito em casos bastante numerosos, todos os participantes na assembleia eucarística se apresentam à Comunhão; mas, certas vezes, como confirmam pastores avisados, não houve a devida preocupação de aproximar-se do sacramento da Penitência para purificar a própria consciência. Isto, naturalmente, pode significar que aqueles que se apresentam à Mesa do Senhor não encontram, na própria consciência e segundo a lei objectiva de Deus, nada que lhes impeça aquele sublime e jubiloso acto da sua união sacramental com Cristo. Mas pode também aqui esconder-se uma outra convicção, pelo menos algumas vezes: a convicção de considerar a Missa apenas como um banquete (63), no qual se participa recebendo o Corpo de Cristo, para manifestar sobretudo a comunhão fraterna. E a estes motivos podem facilmente vir juntar-se uma certa consideração humana e um simples "conformismo".

Este fenómeno exige, da nossa parte, uma vigilante atenção e uma análise teológica e pastoral, iluminada pelo sentido de uma suma responsabilidade. Nós não podemos permitir que na vida das nossas comunidades se vá dispersando aquele bem que é a sensibilidade da consciência cristã, dirigida unicamente pelo respeito a Cristo que, ao ser recebido na Eucaristia, deve encontrar no coração de cada um de nós uma morada digna. Este problema está intimamente ligado, não só com a prática do sacramento da Penitência, mas também com um recto sentido de responsabilidade perante o depósito de toda a doutrina moral e perante a distinção precisa entre bem e mal, a qual se torna em seguida, para cada um dos participantes na Eucaristia, base de correcto juízo de si mesmo no íntimo da própria consciência. São bem conhecidas as palavras de São Paulo: "Examine-se, pois, cada qual a si mesmo" (64); tal juízo é condição indispensável para uma decisão pessoal, em vista de se apresentar à Comunhão eucarística, ou então de dela se abster.

A celebração da Eucaristia põe-nos defronte a muitas outras exigências, pelo que se refere ao ministério da Mesa eucarística, as quais dizem respeito: algumas, somente aos Sacerdotes e aos Diáconos; e as outras a todos aqueles que participam na Liturgia eucarística. Aos Sacerdotes e aos Diáconos é necessário recordar que o serviço da mesa do Pão do Senhor lhes impõe obrigações particulares, que se referem: em primeiro lugar, ao próprio Cristo presente na Eucaristia; e depois a todos os actuais e potenciais participantes na Eucaristia. Quanto ao primeiro ponto, talvez não seja supérfluo recordar que no dia da Ordenação o Bispo dirige ao novo Sacerdote — ao mesmo tempo que lhe entrega sobre a patena e no cálice o pão e o vinho, oferecidos pelos fiéis e preparados pelo Diácono — estas palavras: "Recebe a oblação do povo

santo que há-de ser oferecida a Deus. Repara bem no que fazes, imita o que irás tratar e conforma a tua vida ao mistério da Cruz do Senhor" (65). Esta última admonição, que lhe é feita pelo Bispo, há-de permanecer para o Sacerdote como uma das normas mais válidas do seu ministério eucarístico.

Em tal norma deve o Sacerdote inspirar a sua atitude ao tratar o Pão e o Vinho, que se tornaram Corpo e Sangue do Redentor. É preciso, pois, que todos nós, que somos ministros da Eucaristia, examinemos com atenção as nossas acções ao altar, em especial: o modo como tratamos aquela Comida e aquela Bebida, que são o Corpo e o Sangue do Senhor Nosso Deus nas nossas mãos; o modo como distribuímos a Sagrada Comunhão; e o modo como fazemos as purificações.

Todos estes actos tem o seu significado. Importa, naturalmente, evitar a escrupulosidade; mas, que Deus nos preserve de um comportamento destituído de respeito, de uma pressa inoportuna e de uma impaciência escandalosa. A nossa maior honra consiste — além da aplicação no desempenho da devida missão evangélica — no exercitar esse poder misterioso sobre o Corpo do Redentor; e assim, tudo em nós deve estar decididamente ordenado para isso. Devemos ter sempre presente, ainda, que fomos sacramentalmente consagrados para este poder ministerial e que fomos escolhidos de entre os homens e para "benefício dos homens" (66). Devemos pensar nisto, em particular nós, os Sacerdotes da Igreja Romana latina, a cujo rito de Ordenação, no decorrer dos séculos, veio juntar-se o uso de ungir as mãos do neo-sacerdote.

Nalguns países entrou em uso a Comunhão na mão. Tal prática foi pedida por algumas Conferências Episcopais, singularmente, e obteve a aprovação da Sé Apostólica. Contudo, chegam informações sobre casos de deploráveis faltas de respeito para com as Espécies eucarísticas, faltas que pesam não somente sobre as pessoas culpáveis de tal modo de comportar-se, mas também sobre os Pastores da Igreja, que terão sido pouco vigilantes quanto à compostura dos fiéis em relação à Eucaristia. Acontece ainda que, por vezes, não é tomada em consideração a livre escolha e vontade daqueles que, mesmo naquelas partes onde foi autorizada a distribuição da Comunhão na mão, preferem ater-se ao uso de a receber na boca. Seria difícil, pois, no contexto da presente Carta, deixar de aludir aos dolorosos fenómenos de que acima se faz menção. Ao escrever isto, não se quer de maneira nenhuma fazer referência àquelas pessoas que, recebendo o Senhor Jesus na mão, o fazem com espírito de profunda reverência e devoção, nos países onde tal prática foi autorizada.

É preciso, todavia, não esquecer o múnus primário dos Sacerdotes, que foram consagrados na sua Ordenação para representar Cristo Sacerdote: as suas mãos, assim como a sua palavra e a sua vontade, por isso, tornaram-se instrumento directo de Cristo. Por tal motivo, ou seja, como ministros da Santíssima Eucaristia, eles têm sobre as sagradas Espécies uma responsabilidade primária, porque total: oferecem o pão e o vinho, consagram-nos, e em seguida distribuem as sagradas Espécies aos participantes na assembleia eucarística que desejam recebê-las. Os Diáconos podem somente levar ao altar as oferendas dos fiéis, e uma vez consagradas pelo

Sacerdote, distribuí-las. Quão eloquente, por conseguinte, embora não seja primitivo, é o rito da unção das mãos na nossa Ordenação latina, exactamente como se para estas mãos fosse necessária doravante uma particular graça e força do Espírito Santo!

O tocar nas sagradas Espécies e a distribuição destas com as próprias mãos é um privilégio dos ordenados, que indica uma participação activa no ministério da Eucaristia. Como é óbvio, a Igreja pode conceder tal faculdade a pessoas que não sejam Sacerdotes nem Diáconos, como é o caso quer dos Acólitos no exercício do seu ministério, especialmente quando destinados à futura Ordenação, quer de outros leigos para isso habilitados, por uma justa necessidade, e sempre depois de uma adequada preparação.

Bem comum da Igreja

12. Não podemos esquecer, nem sequer por um instante, que a Eucaristia é um bem peculiar de toda a Igreja. Ela é o dom maior que, na ordem da graça e dos Sacramentos, o divino Esposo ofereceu e oferece incessantemente à sua Esposa. E precisamente porque se trata de um dom assim, todos nós, com espírito de profunda fé, devemos deixar-nos guiar pelo sentido de uma responsabilidade verdadeiramente cristã. Um dom obriga-nos sempre mais profundamente porque nos fala, não tanto com a força de um estrito direito, quanto com a força de uma prova de confiança pessoal; e assim — sem obrigações legais — exige confiança e gratidão. A Eucaristia é exactamente tal dom; ela é um bem deste género. Devemos permanecer fiéis, mesmo nos pormenores, àquilo que ela exprime em si mesma e àquilo que requer de nós, ou seja a acção de graças.

A Eucaristia é um bem comum de toda a Igreja, como Sacramento da sua unidade. E por isso a Igreja tem o rigoroso dever de determinar bem tudo aquilo que diz respeito à participação e à celebração da mesma Eucaristia. Por conseguinte, nós devemos agir em conformidade aos princípios estabelecidos pelo último Concílio, que, na Constituição sobre a Sagrada Liturgia, definiu as autorizações e as obrigações quer de cada um dos Bispos nas próprias Dioceses, quer das Conferências Episcopais, dado que tanto aqueles como estas agem em unidade colegial com a Sé Apostólica.

Depois, devemos seguir as disposições emanadas pelos diversos Dicastérios quanto a este assunto: quer em matéria litúrgica, ou seja as normas estabelecidas pelos livros litúrgicos respeitantes ao Mistério eucarístico, e as contidas nas Instruções dedicadas ao mesmo Mistério (67), quer também pelo que se refere à "communicatio in sacris", ou seja as normas contidas no "Directorium de re oecumenica" (68) e na "Instructio de peculiaribus casibus admittendi alios christianos ad communionem eucharisticam in Ecclesia catholica" (69). E embora nesta fase de renovação tenha sido admitida a possibilidade de uma certa autonomia "criativa", esta, todavia, deve respeitar estritamente as exigências da unidade substancial. Pelas vias deste pluralismo (que se origina, dentre outras coisas, já da introdução das diversas línguas vernáculas na liturgia),

nós podemos prosseguir só até àquele ponto em que não sejam canceladas as características essenciais da celebração da Eucaristia e até onde forem respeitadas as normas prescritas pela recente reforma litúrgica.

Importa, pois, empregar o esforço indispensável, em toda a parte, para que no pluralismo do culto eucarístico, programado pelo II Concílio do Vaticano, se manifeste a unidade de que a Eucaristia é sinal e causa.

Um tal empenho, quanto ao qual deve vigiar, por força das coisas, a Sé Apostólica, deveria ser assumido, não somente pelas Conferências Episcopais, mas também por cada um dos ministros da Eucaristia, sem excepção. Além disto, cada um deve recordar-se de que é responsável pelo bem comum de toda a Igreja. O Sacerdote como ministro, como celebrante e como quem preside à assembleia eucarística dos fiéis, deve ter particular sentido do bem comum da Igreja, que ele representa mediante o seu ministério, mas ao qual deve também estar subordinado, atendo-se a uma recta disciplina da fé. O Sacerdote não pode considerar-se "proprietário", que disponha livremente dos textos litúrgicos e dos ritos sagrados, como de um bem seu peculiar, de tal modo que lhes dê um estilo pessoal e arbitrário. Isto pode afigurar-se, algumas vezes, de maior efeito, pode mesmo corresponder melhor a uma piedade subjectiva; contudo, será sempre objectivamente uma traição daquela união que há-de ter, sobretudo no Sacramento da unidade, a própria expressão.

Cada Sacerdote que oferece o Santo Sacrifício deve recordar-se de que, durante este Sacrifício, não é só ele com a sua comunidade que está a orar, mas ora toda a Igreja, exprimindo assim, também com o uso do texto litúrgico aprovado, a sua unidade espiritual neste Sacramento. Se alguém pretendesse chamar a tal posição "uniformismo" isso comprovaria somente a ignorância das exigências objectivas da unidade autêntica e seria sintoma de um prejudicial individualismo.

A subordinação assim do ministro, do celebrante, ao "Mysterium" que lhe foi confiado pela Igreja, para o bem de todo o Povo de Deus, deve ter a sua expressão também na observância das exigências litúrgicas relativas à celebração do Santo Sacrifício. Essas exigências dizem respeito, por exemplo, ao vestuário e, em particular, aos paramentos que o celebrante reveste. É natural que tenha havido e que haja ainda hoje circunstâncias em que as prescrições não obrigam; podemos ler, com emoção, em livros escritos por sacerdotes ex-prisioneiros dos campos de extermínio, descrições de celebrações eucarísticas sem se observarem as sobreditas regras, ou seja, sem paramentos. No entanto, se isso em tais condições era prova de heroísmo e devia suscitar uma estima profunda, em condições normais o transcurar as prescrições litúrgicas, ao contrário, pode ser interpretado como falta de respeito para com a Eucaristia, ditada talvez pelo individualismo ou por uma carência de sentido crítico quanto às opiniões correntes, ou ainda por uma certa falta de espírito de fé.

Pesa de modo particular sobre todos nós, os que somos, por graça de Deus, ministros da

Eucaristia, a responsabilidade pelas ideias e pelas atitudes dos nossos irmãos e irmãs, confiados ao nosso cuidado pastoral. A nossa vocação comporta em primeiro plano o ter de suscitar, antes de mais nada com o exemplo pessoal, todas as sãs manifestações de culto para com Cristo presente e operante neste Sacramento de amor. Deus nos livre de agir diversamente, de enfraquecer um tal culto, "desabituaando-nos" das várias manifestações e formas de culto eucarístico, em que se exprime uma "tradicional" mas sã piedade e, sobretudo, aquele "sentido da fé", que todo o Povo de Deus possui, como recordava o II Concílio do Vaticano (70).

Prestes a terminar estas minhas considerações, quereria antes pedir perdão — em meu nome pessoal e no de todos vós, veneráveis e amados Irmãos no Episcopado — por tudo aquilo que, por qualquer motivo e por qualquer espécie de humana fraqueza, impaciência ou negligência, em consequência também de uma aplicação algumas vezes parcial, unilateral ou errónea das prescrições do II Concílio do Vaticano, possa ter causado escândalo ou mal-estar quanto à interpretação da doutrina e à veneração devida a este grande Sacramento. E elevo as minhas preces ao Senhor Jesus para que no futuro seja evitado, no nosso modo de tratar este sagrado Mistério, aquilo que possa debilitar ou desorientar de qualquer maneira o sentido de reverência e de amor nos nossos fiéis.

E que o mesmo Cristo nos ajude a prosseguir pelas vias da verdadeira renovação, no sentido daquela plenitude de vida e de culto eucarístico, por meio do qual se constrói a Igreja naquela unidade que ela já possui e que deseja realizar ainda mais, para a glória de Deus vivo e para a salvação de todos os homens.

CONCLUSÃO

13. Seja-me permitido, veneráveis e amados Irmãos no Episcopado, acrescentar mais uma palavra, como remate destas minhas reflexões, que se limitaram a aprofundar somente algumas questões. Ao tomar a iniciativa de vo-las transmitir, tive diante do meu olhar toda a obra desenvolvida pelo II Concílio do Vaticano, e tive bem presente na memória a Encíclica do Sumo Pontífice Paulo VI *Mysterium Fidei*, promulgada durante o mesmo Concílio, assim como todos os documentos emitidos após a conclusão da Assembleia conciliar, com a finalidade de pôr em prática a renovação litúrgica pós-conciliar. Existe, efectivamente, uma ligação muito íntima e orgânica entre a renovação da liturgia e a renovação de toda a vida da Igreja.

A Igreja não só age, mas também se exprime na liturgia, vive da liturgia e vai haurir na liturgia as energias para a vida. É por isso, a renovação de toda a vida da Igreja.

A Igreja não só age, mas também se exprime na liturgia, vive da liturgia e vai haurir na liturgia as energias para a vida. É por isso, a renovação litúrgica, actuada de maneira acertada e conforme ao espírito do recente Concílio constitui, em certo sentido, o padrão e a condição para se porem em prática os ensinamentos daquele mesmo II Concílio do Vaticano, que nós queremos aceitar

com fé profunda, convencidos de que mediante ele, o Espírito Santo "disse à Igreja" as verdades e lhe deu as indicações que servem para a realização da sua missão para com os homens de hoje e de amanhã.

E também daqui por diante há-de ser nossa particular solicitude promover e dar seguimento à renovação da Igreja, segundo a doutrina do II Concílio do Vaticano, no espírito de uma sempre viva Tradição. Pertence, efectivamente, à substância da Tradição, correctamente entendida, também uma justa releitura dos "sinais dos tempos", segundo os quais importa tirar do rico tesouro da Revelação "coisas novas e coisas velhas" (71). Agindo com este espírito e segundo este conselho do Evangelho, o II Concílio do Vaticano realizou um esforço providencial para renovar a face da Igreja na sagrada liturgia, concatenando-se o mais das vezes àquilo que é "antigo", àquilo que provém como herança dos Santos Padres e que é expressão de fé e de doutrina da Igreja unida de há tantos séculos para cá.

Para se poderem continuar a pôr em prática, daqui para o futuro, as directrizes do Concílio no campo da liturgia, e em particular no campo do culto eucarístico, é necessária uma estreita colaboração entre o respectivo Organismo da Santa Sé competente e cada uma das Conferências Episcopais: colaboração vigilante e criativa ao mesmo tempo, com os olhos fixos na grandeza do santíssimo Mistério e, simultaneamente, nos processos espirituais e nas mudanças sociais, tão significativos para a nossa época, dado que estes não são somente origem de dificuldades, por vezes, mas também dispõem para um modo novo de participar naquele grande Mistério da fé.

Está-me muito a peito, sobretudo, frisar bem que os problemas da liturgia, em particular da Liturgia eucarística, não podem ser uma ocasião para dividir entre si os católicos e para ameaçar a unidade da Igreja. Exige-o a elementar compreensão daquele Sacramento, que Cristo nos deixou como fonte de unidade espiritual. E então como poderia exactamente a Eucaristia, que é para a Igreja "sacramento de piedade, sinal de unidade e vínculo de caridade" (72), constituir neste momento um ponto de divisão entre nós e uma fonte de diversidade de pensamentos e de comportamentos, em vez de ser centro focal e constitutivo, como é verdadeiramente na sua essência, da unidade da mesma Igreja?

Somos todos igualmente devedores para com o nosso Redentor. E todos juntos devemos prestar ouvidos àquele Espírito de verdade e de amor, que Ele prometeu à Igreja e que nela opera. Em nome desta verdade e deste amor, em nome do próprio Cristo Crucificado e de sua Mãe, eu peço-vos e suplico-vos que, deixando de parte quaisquer oposições e divisões, nos unamos bem, todos, nesta grande missão salvífica, que é preço e ao mesmo tempo fruto da nossa Redenção. A Sé Apostólica fará todo o possível por buscar, também daqui por diante, os meios que possam assegurar aquela unidade de que estamos a falar. Que cada um procure evitar, com o próprio modo de agir, "contristar o Espírito Santo de Deus" (73).

A fim de que esta unidade, bem como a colaboração constante e sistemática que a ela conduz, possam continuar com perseverança, eu imploro de joelhos para todos nós a luz do Espírito Santo, por intercessão de Maria Sua santa Esposa e Mãe da Igreja. E a todos abençoando, de todo o coração, recomendo-me uma vez mais a vós, veneráveis e meus amados Irmãos no Episcopado, com fraternas saudações e com plena confiança. Nesta colegial unidade, de que somos participantes, envidemos todos os esforços para que a Eucaristia se torne cada vez mais fonte de vida e luz das consciências de todos os nossos irmãos e irmãs de todas as comunidades, na unidade universal da Igreja de Cristo sobre a terra.

Em espírito de caridade fraterna, é-me grato dar-vos, a vós e a todos os irmãos no Sacerdócio, a Bênção Apostólica.

Vaticano, aos 24 de Fevereiro — Primeiro Domingo da Quaresma — do ano de 1980, segundo do meu Pontificado.

IOANNES PAULUS PP. II

Notas

(1) Cfr. cap. 2: AAS 71 (1979), pp. 395 s.

(2) Cfr. Conc. Ecum. Tridentino, sess. XXII, an. 2: *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, 3ª ed., Bologna 1973, p. 735.

(3) Uma Liturgia eucarística etiópica, por motivo de um tal preceito do Senhor, recorda: os Apóstolos "estabeleceram para nós Patriarcas, Arcebispos, Presbíteros e Diáconos para celebrarem o rito da Vossa Igreja santa": *Anaphora S. Athanasii: Prex Eucharistica*, Haenggi-Pahl, Fribourg (Suisse) 1968, p. 183.

(4) Cfr. *La Tradition apostolique de saint Hippolyte*, nn. 2-4, ed. Botte. Münster-Westfalen 1963, pp. 5-17.

(5) *2 Cor* 11, 28.

(6) *1 Ped* 2, 5.

(7) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 28: AAS 57 (1965), pp. 33 s.; Decr. sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes *Presbyterorum Ordinis*, nn. 2 e

5: AAS 58 (1966), pp. 993 e 998; Decr. sobre a Actividade Missionária da Igreja *Ad Gentes*, n. 39: AAS 58 (1966), p. 986.

(8) II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 11: AAS 57 (1965), p. 15.

(9) *Jo* 3, 16; é interessante notar que estas palavras são referidas pela Liturgia de São João Crisóstomo, imediatamente antes das palavras da consagração, e como que servem de introdução à mesma consagração: cfr. *La divina Liturgia del santo nostro Padre Giovanni Crisostomo*, Roma-Grottaferrata 1967, pp. 104 s.

(10) Cfr. *Mt* 26, 26 ss.; *Mc* 14, 22 ss.; *Lc* 22, 18 ss.; *1 Cor* 11, 23 s.; e cfr. também as Preces Eucarísticas da Liturgia.

(11) *Flp* 2, 8.

(12) *Jo* 13, 1.

(13) Cfr. João Paulo PP. II, *Discurso pronunciado no "Phoenix Park" de Dublin*, n. 7: AAS 71 (1979), pp. 1074 ss.; Sagrada Congregação dos Ritos, Instrução *Eucharisticum Mysterium*: AAS 59 (1967), pp. 539-573; *Rituale Romanum. De sacra communione et de cultu mysterii eucharistici extra missam*, ed. typica, Romae 1973. Há que realçar que o valor do culto e força de santificação destas formas de devoção para com a Eucaristia não dependem tanto das mesmas formas, quanto sobretudo das atitudes interiores.

(14) Cfr, Bula *Transiturus de hoc mundo* (11 de Agosto de 1264); Aemilii Friedberg, *Corpus Iuris Canonici*, Pars II. *Decretalium collectiones*, Leipzig 1881, pp. 1174-1177; *Studi eucaristici*, VII centenario della Bolla "Transiturus", 1264-1964 Orvieto 1966, pp. 302-317.

(15) Cfr. Paulo PP. VI, Encíclica *Mysterium Fidei*: AAS 57 (1965), pp. 753-774; Sagrada Congregação dos Ritos, Instrução *Eucharisticum Mysterium*: AAS 59 (1967), pp. 539-573; *Rituale Romanum, De sacra communione et de cultu Mysterii eucharistici extra Missam*, ed. typica, Romae 1973.

(16) João Paulo PP. II, Encíclica *Redemptor Hominis*, n. 20: AAS 71 (1979), p. 311; cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 11: AAS 57 (1965), pp. 15 s.; e ainda, a nota 57 ao n. 20 do II Esquema da mesma Constituição dogmática, em *Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II*, vol. II, periodus 2ª, pars I, sessio publica II, pp. 251 s.; Paulo PP. VI, Discurso na Audiência Geral de 15 de Setembro de 1965: *Insegnamenti di Paolo VI*, III (1965), p. 1036; H. de Lubac, *Méditation sur l'Eglise*, 2 ed., Paris 1963, pp. 129-137.

(17) *1 Cor* 11, 26.

(18) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 11: AAS 57 (1965), pp. 15 s.; Const. sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 10: AAS 56 (1964), p. 102; Decr. sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes *Presbyterorum Ordinis*, n. 5: AAS 58 (1966), pp. 997 s.; Decr. sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja *Christus Dominus*, n. 30: AAS 58 (1966), pp. 688 s.; Decr. sobre a Actividade Missionária da Igreja *Ad Gentes*, n. 9: AAS 58 (1966), pp. 957 s.

(19) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 26: AAS 57 (1965), pp. 31 s.; Decr. sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, n. 15c, AAS 57 (1965), pp. 101 s.

(20) É isso o que se pede na colecta da Quinta-Feira Santa: "(Senhor), que deste tão grande mistério possamos haurir a plenitude do amor e da vida": *Missale Romanum*, ed. typica, Romae 1975, p. 244; do mesmo modo, no momento das "intercessões" (dos "Communicantes") do Missal Romano se implora: "Humildemente Vos suplicamos que, participando do Corpo e Sangue de Cristo, sejamos pelo Espírito Santo congregados na unidade. Lembrai-vos, Senhor, da Vossa Igreja, dispersa por todo o mundo... Tornai-a perfeita na caridade": *Oração Eucarística II*: *ibid.*, p. 458 s.; cfr. *Oração Eucarística III*, *ibid.*, p. 463.

(21) *Jo* 5, 17.

(22) Cfr. Oração depois da Comunhão do XXII Domingo Comum: "Saciados com o pão do céu, nós vos pedimos, Senhor: o amor com que Vós nos alimentastes fortifique os nossos corações e nos leve a servir-Vos nos nossos irmãos": *Missale Romanum*, ed. cit., p. 361.

(23) *Jo* 4, 23.

(24) Cfr. *1 Cor* 10, 17; comentado por Santo Agostinho, *In Evangelium Joannis tract.* 31, 13: *PL* 35, 1613, e pelo Conc. Ecum. Tridentino, sess. XIII, c. 8: *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, 3ª ed., Bologna 1973, p. 697; cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 7: AAS 57 (1965), p. 9.

(25) *Jo* 13, 35.

(26) Exprimem isto mesmo numerosas orações do *Missale Romanum*: a oração sobre as oblatas da Missa "pro iis qui opera misericordiae execuerunt": "para que sejamos confirmados no Vosso amor e no amor do próximo, pelo exemplo dos Vossos Santos": *Missale Romanum*, ed. cit., p. 721; igualmente, na oração depois da Comunhão da Missa "pro educatoribus": "para que... testemunhemos nos pensamentos e nas obras o amor para com os irmãos e a luz da Vossa

verdade": *ibid.*, p. 723; cfr. também "Oração depois da Comunhão" da Missa do XXII Domingo Comum, acima citada, na nota 22.

(27) *Jo* 4, 23.

(29) *Ef* 4, 13.

(29) Cfr. acima, n. 2.

(30) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Decr. sobre a Actividade Missionária da Igreja *Ad Gentes*, nn. 9 e 13: AAS 58 (1966), pp. 958 e 961 s.; Decr. sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes *Presbyterorum Ordinis*, n. 5: AAS 58 (1966), p. 997.

(31) *1 Jo* 3, 1.

(32) II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 11: AAS 57 (1965), p. 15.

(33) Cfr. n. 20: AAS 71 (1979), pp. 313 s.

(34) *2 Ped* 3, 13.

(35) *Col* 3, 10.

(36) *Lc* 1, 35; *Jo* 6, 69; *Act* 3, 14; *Apoc* 3, 7.

(37) *Act* 10, 38; *Lc* 4, 18.

(38) *Jo* 10, 36.

(39) Cfr. *Jo* 10, 17.

(40) *Heb* 3, 1; 4, 15, etc.

(41) Assim se exprimia a liturgia bizantina do século IX, segundo o códice mais antigo, outrora *Barberino di San Marco* (Florença), hoje na Biblioteca Apostólica Vaticana, *Barberini greco* 336, fº. 8 verso, linhas 17-20, publicado pelo que se refere a esta parte por F. E. Brightman, *Liturgies Eastern and Western*, I. *Eastern Liturgies*, Oxford 1896, p. 318, 34-35.

(42) Colecta da Missa votiva "de SS. Eucharistia" B: *Missale Romanum*, ed. cit., p. 858.

(43) *1 Jo* 2, 2; cfr. *ibid.* 4, 10.

(44) Falamos, efectivamente, do "divinum Mysterium", do "Sanctissimum" ou do "Sacrosanctum", isto é do "Sagrado" e do "Santo" por excelência. Por sua vez, as Igrejas Orientais chamam à Missa "raza", ou seja "Mysterium", "Hagiasmós", "Quddasa", "Qedasse", quer dizer "consagração" por excelência. Fazem sentir a sua presença, ainda, os ritos litúrgicos que, no intento de inspirar aquele sentido do sagrado, exigem: por um lado, o silêncio e o estar de pé ou de joelhos; e por outro lado, as profissões de fé, a incensação do altar, do celebrante e das sagradas Espécies. Depois, sucede até que tais ritos apelam para o auxílio dos seres angélicos, criados para o serviço de Deus Santo: Com o "Sanctus" das nossas Igrejas latinas, e com o "Trisagion" e o "Sancta sanctis" das Liturgias do Oriente.

(45) Por exemplo, no convite para fazer a Comunhão, esta fé é formada para descobrir aspectos complementares da presença de Cristo Santo: o aspecto epifânico realçado pelos Bizantinos ("Bendito aquele que vem em nome do Senhor: o Senhor é Deus e apareceu-nos!": *La divina Liturgia del santo nostro Padre Giovanni Crisostomo*, Roma-Grottaferrata 1967, pp. 136 s.); o aspecto relacional e unitivo, cantado pelos Armenos ("Um único Pai santo conosco, um único Filho santo conosco, um único Espírito santo conosco": *Die Anaphora des heiligen Ignatius von Antiochien*, übersetzt von A. Rücker, *Oriens Christianus*, 3ª ser., 5 [1930], p. 76); e ainda, o aspecto recôndito e celeste, celebrado pelos Caldeus e pelos Malabares (cfr. o hino antifonário, cantado alternadamente pelo Sacerdote e pela assembleia, depois da Comunhão: F. E. Broghtman, *o. c.*, p. 299).

(46) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, nn. 2 e 47: AAS 56 (1964), pp. 83 s. e 113; Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, nn. 3 e 28: AAS 57 (1965), pp. 6 e 33 s.; Decr. sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, n. 2: AAS 57 (1965), p. 91; Decr. sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes *Presbyterorum Ordinis*, n. 13: AAS 58 (1966), pp. 1011 s.; Conc. Ecum. Tridentino, sessio XXII, cap. I e II: *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, 3º ed., Bologna 1973, p. 732 ss., especialmente: "uma e a mesma é a Hóstia, é o mesmo o Oferente, agora pelo ministério dos Sacerdotes, que outrora se ofereceu na Cruz; só é diversa a forma de oferecer" (*ibid.*, p. 733).

(47) Synodus Constantinopolitana adversus Soterium (Janeiro de 1156 e Maio de 1157): Angelo Mai, *Spicilegium romanum*, t. X, Romae 1844, p. 77; PG 140, 190; cfr. Martin Jugie, *Dict. Théol. Cath.*, t. X, 1338; *Theologia dogmatica christianorum orientalium*, Paris 1930, pp. 317-320.

(48) *Institutio Generalis Missalis Romani*, n. 49 c: *Missale Romanum*, ed. cit., p. 39; cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Decr. sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes *Presbyterorum Ordinis*, n. 5: AAS 58 (1966), pp. 997 s.

(49) *Ordo Missae cum populo*, n. 18: *Missale Romanum*, ed. cit., p. 390.

(50) Cfr. Conc. Ecum. Tridentino, Sess. XXII, cap. I: *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, 3ª ed.,

Bologna 1973, pp. 732 s.

(51) *Col* 2, 14.

(52) *Jo* 11, 28.

(53) *Institutio Generalis Missalis Romani*, n. 55 f: *Missale Romanum*, ed. cit., p. 40.

(54) Cfr. Const. sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, nn. 35 e 51: AAS 56 (1964), pp. 109 e 114.

(55) Cfr. Sagrada Congregação dos Ritos, Instrução *In edicendis normis*, VI, 17-18; VII, 19-20: AAS 57 (1965), pp. 1012 s.; Instrução *Musicam Sacram*, IV, 48: AAS 59 (1967), p. 314; Decr. *De titulo Basilicae Minoris*, II, 8: AAS 60 (1968), p. 538; Sagrada Congregação para o Culto Divino, Notif. *De Missali Romano, Liturgia Horarum et Calendario*, I, 4: AAS 63 (1971), p. 714.

(56) Cfr. Paulo PP. VI, Const. Apost. *Missale Romanum*: "Com esta nova ordenação (do Missal), alimentamos a mais viva esperança de que isso irá tornar possível aos sacerdotes e aos fiéis prepararem em comum mais santamente o espírito para a celebração da Ceia do Senhor; e, através de uma meditação mais aprofundada da Sagrada Escritura, em assembleia, que eles se alimentem dia a dia mais abundantemente. da palavra do Senhor": AAS 61 (1969), pp. 220 ss.; *Missale Romanum*, ed. cit., p. 15.

(57) Cfr. *Pontificale Romanum. De Institutione Lectorum et Acolythorum*, ed. typica, Romae 1972, pp. 19 s.

(58) Cfr. *Institutio Generalis Missalis Romani*, nn. 319-320: *Missale Romanum*, ed. cit., p. 87.

(59) Cfr. Fr. J. Dölger, *Das Segnen der Sinne mit der Eucharistie. Eine altchristliche Kommunionssitte: Antike und Christentum*; t. 3 (1932), pp. 231-244; *Das Kultvergehen der Donatistin Lucilla von Karthago. Reliquienkuss vor dem Kuss der Eucharistie, ibid.*, pp: 245-252.

(60) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dom. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, nn. 12 e 35: AAS 57 (1965), pp. 16 e 40.

(61) Cfr. *Jo* 1, 29; *Apoc* 19, 9.

(62) Cfr. *Lc* 14, 16 ss.

(63) Cfr. *Institutio Generalis Missalis Romani*, nn. 7-8: *Missale Romanum*, ed. cit., p. 29.

(64) *1 Cor* 11, 28.

(65) Cfr. *Pontificale Romanum. De Ordinatione Diaconi, Presbyteri et. Episcopi*, ed. typica, Romae 1968, p. 93.

(66) *Heb* 5, 1.

(67) Sagrada Congregação dos Ritos, Instrução *Eucharisticum Mysterium*: AAS 59 (1967), pp. 539-573; *Rituale Romanum. De sacra communione et de cultu Mysterii eucharistici extra Missam*, ed. typica, Romae 1973; Sagrada Congregação para o Culto Divino, *Litterae circulares ad Conferentiarum Episcopaliū Praesides de precibus eucharisticis*: AAS 65 (1973), pp. 340-347.

(68) Nn. 38-63: AAS 59 (1967), pp. 586-592.

(69) AAS 64 (1972), pp. 518-525. Cfr. também a "Communicatio" publicada no ano seguinte para a recta aplicação da sobredita Instrução: AAS 65 (1973), pp. 616-619.

(70) Cfr. II Conc. Ecum. do Vat., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, n. 12: AAS 57 (1965), pp. 16 s.

(71) *Mt* 13, 32.

(72) Cfr. Santo Agostinho, *In Evangelium Ioannis tract. 26, 13*: PL 35, 1612 s.

(73) *Ef* 4, 30.

© Copyright 1980 - Libreria Editrice Vaticana